

Processo 00112-2006-471-05-00-7 RO, ac. nº 014337/2007, Relatora Desembargadora LUÍZA LOMBA, 6ª. TURMA, DJ 26/06/2007

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRANSPORTE DE VALORES POR EMPREGADOS DE BANCO. PRÁTICA ILEGAL.** A prática adotada pelo banco demandado de compelir os seus empregados a transportar valores, além de acarretar-lhes prejuízos psicológicos em face do temor que se instala entre eles diante da possibilidade de assaltos, os expõe a situação que pode redundar em risco real de danos à sua integridade física a até mesmo a risco de vida. Ademais, tal situação é flagrantemente ilegal, porquanto vulnera o quanto prescreve a Lei n. 7102/83, art. 3º, incisos I e II, bem assim o quanto estabelecem os artigos 11 e 12, § 1º, do Decreto n. 89.056/83, que regulamenta a referida lei.

98.905-2004-007-09-00-9-ACO-07300-2008 – 5ª TURMA

Relator: RUBENS EDGARD TIEMANN

Publicado no DJPR em 11.03.2008

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - SUSPEITA DE LER/DORT - EMISSÃO DE CAT - OBRIGATORIEDADE - PRESUNÇÃO DE NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO ENTRE AS DOENÇAS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS CONSTANTES DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA DECISÃO - DANO MORAL COLETIVO**

1. Ação civil pública ajuizada pelo MPT com o objetivo de atribuir à instituição financeira obrigações de fazer relacionadas à emissão de CAT em caso de suspeita de LER/DORT. **Tutela inibitória de caráter genérico, envolvendo a proteção de interesses coletivos decorrentes de normas imperativas de proteção à saúde, de fruição de benefício previdenciário e de tratamento não discriminatório, que se caracterizam como interesses sociais indisponíveis dos trabalhadores, legitimando, portanto, a atuação do MPT (arts. 127 e 129, III, CF).** Ademais, possível a atuação ministerial inclusive para tutela de interesses individuais homogêneos (arts. 127 e 129, IX, da CF c/c arts. 1º e 90 do CPC e art. 21 da LACP). Precedente do E. STF (RExt 213.015-0).

2. Em caso de suspeita de LER/DORT, é obrigatória a emissão de CAT pela instituição bancária, pois a competência para aferir a existência de nexo técnico entre a doença e o labor é do órgão previdenciário (art. 169 da CLT c/c art. 337 do Dec. 3.048/99 e item 8 da IN 98/2003 do INSS).

3. Presume-se o nexo técnico epidemiológico entre as doenças e as atividades econômicas elencadas no Regulamento da Previdência, sendo do empregador o ônus da prova quanto à não caracterização da doença ocupacional (inovação legislativa decorrente da MP 316, de 11.08.06, convertida na Lei 11.430/06 que acrescentou o artigo 21-A à Lei 8.213/91 e da nova redação dada ao artigo 337 do Dec. 3.048/99 pelo Dec. 6.042/2007).

4. Previsão regulamentar de reconhecimento objetivo de nexo causal entre a maioria das doenças classificadas como LER/DORT e a atividade laboral em bancos múltiplos (art. 337, § 1º, do Dec. 3.048/99 - Lista B do Anexo II).
5. Abrangência nacional da decisão da ação civil pública (artigo 103 do CDC).
6. Indenização no valor de R\$500.000,00 pelo dano moral coletivo configurado a ser revertida ao FAT.
7. Recurso ordinário a que se nega provimento.

01456-2009-068-09-00-9 - 2ª Turma

Relator: RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA

Publicado no DEJT em 09-09-2011

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PREVENÇÃO COLETIVA DE ACIDENTES DE TRABALHO. REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO/PERÍCIA.** A mera existência de programas de prevenção de riscos de acidente de trabalho e de programas de controle médico de saúde ocupacional não atende à necessidade imperiosa de se buscar medidas eficazes de segurança e medicina do trabalho que, em face da ocorrência até mesmo de morte de trabalhador na empresa, é evidente, tais medidas não lograram obter. **Diante da natureza dos pedidos constantes da inicial, de interesse transindividual, imprescindível a delimitação das máquinas que estariam operando irregularmente na ré, com possibilidade de causar danos à saúde/vida das pessoas que com elas trabalham, mediante realização de inspeção/perícia técnica requerida, providência que, deveria ser determinada pelo r. Juízo** (arts. 103, I, do CDC e 5º, XXXV e XXVIII, da CF), **caso não houvesse pedido.** Recurso provido.

02672-2011-325-09-00-2 – 2ª. TURMA

Relator: LUIZ ALVES

Publicado no DEJT em 21-08-2012

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PORTAS DE SEGURANÇA EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS. DANO MORAL COLETIVO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO MESMO QUE CUMPRIDA A OBRIGAÇÃO EM SEDE DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. A inobservância da legislação que garante a instalação de portas de segurança em estabelecimentos bancários por mais de quinze anos gera dano moral coletivo, porque colocou em risco a vida e saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, não há que se falar em prova do prejuízo para a configuração do dano moral coletivo.** A certeza do dano emerge objetiva e diretamente do evento causador. **Mesmo que cumprida a obrigação antes do julgamento, o pedido deve ser acolhido, sendo inapropriada a rejeição por falta de objeto.**